

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 15 de março de 2021 às 07h14
Seleção de Notícias

O Estado de S. Paulo | BR

Patentes

Como evitar que os países pobres tenham vacina só em 2024 3
INTERNACIONAL | MATTHEW KAVANAGH | MADHAVI SUNDER

Radar Online - Veja.com | BR

12 de março de 2021 | Marco regulatório | INPI

Agência Espacial Brasileira registra marca para impedir produtos piratas 5
BRASIL | MARIANA MUNIZ

UOL Notícias | BR

12 de março de 2021 | Direitos Autorais

Zambelli é condenada a pagar R\$ 65 mil a Tom Zé e Wisnik; ação cabe recurso 6
NOTÍCIAS

Patentes

Diplomacia age nos bastidores para blindar interesses das farmacêuticas 7
JAMIL CHADE | JAMIL CHADE

Inova Unicamp | SP

12 de março de 2021 | Propriedade Intelectual

Apresentação da disciplina: Propriedade Intelectual, Inovação e Empreendedorismo 10

Migalhas | BR

12 de março de 2021 | Direitos Autorais

"Do Leme ao Pontal": TJ/SP avaliará expressão usada como nome de bar 11

MSN Notícias | BR

12 de março de 2021 | Desenho Industrial

Sem apoio do Brasil, proposta para suspender patente de vacinas trava na OMC 12
DW.COM

Como evitar que os países pobres tenham vacina só em 2024

INTERNACIONAL

ANÁLISE: Matthew Kavanagh & Madhavi Sunder / W.POST

Joe Biden anunciou que os EUA terão vacinas em número suficiente para todos os adultos americanos. Outros países ricos logo seguirão o exemplo, adquirindo doses para inocular várias vezes sua população.

Mas os países pobres ainda precisam encontrar uma forma de imunização de rebanho o quanto antes. Especialistas apontam que suas populações talvez só sejam vacinadas em 2023 ou 2024.

Com variantes do vírus encontradas no Brasil, no Reino Unido e na África do Sul já se disseminando nos EUA, está claro que a vacinação global é necessária para acabar com a pandemia.

Na quarta-feira, em reunião da Organização Mundial do Comércio, os EUA bloquearam uma proposta de Índia e África do Sul para suspender temporariamente as patentes das vacinas. Biden tem de desistir dessa obstrução, e a OMC deve aprovar a suspensão o quanto antes.

Duas décadas atrás, em meio à crise da aids, a Declaração de Doha da OMC afirmou que as regras de propriedade intelectual "não devem impedir os membros de adotarem medidas para proteger a saúde pública". Agora, estamos no meio de outra emergência global de saúde.

Dois terços dos membros da OMC defendem a suspensão das patentes durante a pandemia, mas os EUA

argumentam que elas são fundamentais para a inovação e não estão atrasando a produção. Não é verdade.

Em primeiro lugar, as patentes desempenharam um papel mínimo no desenvolvimento de vacinas. A da Moderna foi financiada pelo governo americano, com US\$ 1 milhão adicional doado por Dolly Parton.

Os EUA também argumentam que a suspensão não seria necessária, pois países como a Índia já podem começar a produção de vacinas para sua população, exportando-as para países em desenvolvimento de acordo com as regras da OMC.

Mas o maquinário atual é inadequado e a implementação pode levar anos. A suspensão, por outro lado, permitiria que empresas de medicamentos genéricos começassem a produzir e distribuir a vacina o quanto antes.

Por fim, os EUA argumentam que, mesmo se as empresas receberem as **patentes**, não há quem possa produzir as vacinas. Sugerem que a tecnologia usando mRNA aplicada em algumas delas seria tão complicada que os laboratórios de genéricos seriam incapazes de produzi-las. Isso nos leva à próxima etapa: **transferência** de tecnologia.

Se as patentes forem suspensas, empresas de todo o mundo poderiam rapidamente reequipar sua capacidade de manufatura para produzir essas vacinas se tiverem ajuda e a receita da vacina, que muitas vezes é ocultada.

Continuação: Como evitar que os países pobres tenham vacina só em 2024

Não podemos nos dar o luxo de repetir os erros do passado. Assim como a crise da aids exigiu a Declaração de Doha, a pandemia da covid-19 exige a suspensão temporária dos direitos de propriedade intelectual.

De fato, a era da covid-19 deve mudar nossa maneira de pensar a respeito das **patentes** e da saúde pública. Os direitos de propriedade intelectual não são fins em si mesmos.

São ferramentas para promover a prosperidade humana. / TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL] MATTHEW KAVANAGH É DIRETOR DA GLOBAL HEALTH POLICY & POLITICS INITIATIVE, DA UNIVERSIDADE DE GEORGETOWN. MADHAVI SUNDER É REITORA DE PROGRAMAS INTERNACIONAIS NO GEORGETOWN UNIVERSITY LAW CENTER

Agência Espacial Brasileira registra marca para impedir produtos piratas

BRASIL



lização da logomarca da agência dos Estados Unidos, a Nasa.

Com o registro da **patente**, a utilização indevida da logomarca da AEB poderá ter consequências judiciais ao infrator.

Por Mariana Muniz

Autarquia constatou que produtos com o logotipo do órgão estavam sendo comercializados em portais de e-commerce

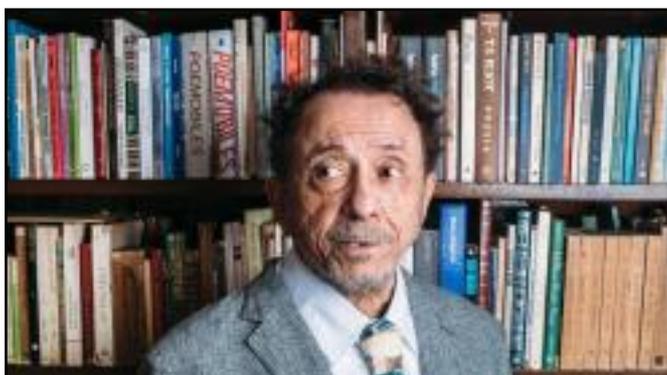
Um levantamento feito pela Agência Espacial Brasileira (AEB) constatou a presença de perfis falsos nas redes sociais, além de pessoas, utilizando o logotipo da autarquia de forma inadequada para a comercialização de produtos em portais de e-commerce. Para impedir a conduta, a Agência recebeu o registro da marca pelo Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (**INPI**).

A partir de agora, a Agência poderá explorar a marca com fins institucionais, estabelecendo uma tradição para a representação das ações que envolvem o Programa Espacial Brasileiro.

A autarquia cogita, ainda, a abertura de um edital de seleção para que organizações apresentem interesse em usar a marca institucionalmente, a exemplo da uti-

Zambelli é condenada a pagar R\$ 65 mil a Tom Zé e Wisnik; ação cabe recurso

NOTÍCIAS



A deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) foi condenada a pagar indenizações no total de R\$ 65 mil para os músicos Tom Zé e Zé Miguel Wisnik e a duas empresas após usar a música "Xiquexique" em um vídeo em apoio ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Para o juiz responsável pela decisão, a utilização "foi indevida e violou os **direitos** autorais, representando verdadeiro ato ilícito, apto a ensejar as consequências inerentes à responsabilidade civil".

A indenização por danos morais será de R\$ 20 mil para cada artista. O restante é referente aos danos patrimoniais: R\$ 25 mil divididos entre as duas empresas que têm os direitos da canção, Irará Edições Musicais Ltda. e Corpo Ltda.

Carla Zambelli ainda pode recorrer da decisão. Ao, UOL a assessoria da deputada afirmou que ela não vai se manifestar sobre o tema.

Ela usou a música em um vídeo em que tentava provar que o presidente Jair Bolsonaro tem apoio nas regiões Norte e Nordeste do país.

Siga o UOL no

Na época, Wisnik divulgou um vídeo chamando a apropriação de "espúria" e "repulsiva".

Ver essa foto no Instagram

Uma publicação compartilhada por José Miguel Wisnik (@josemiguelwisnik)



Diplomacia age nos bastidores para blindar interesses das farmacêuticas

JAMIL CHADE



Incapaz de conseguir as vacinas que esperava obter, o governo de Jair Bolsonaro passou a defender em diferentes fóruns internacionais a ideia da **transferência** de tecnologia e, assim, ampliar a produção mundial dos imunizantes. Mas sem permitir que propostas que promovem a quebrar parentes possa ganhar força, atendendo aos interesses do setor farmacêutico.

O posicionamento brasileiro tem sido constante em negociações na ONU, na Organização Mundial da Saúde e na Organização Mundial do Comércio, dividindo países e opiniões.

.blogs-and-columns-recommendation *{transition: none!important}.blogs-and-columns-recommendation .related-content{visibility:hidden}.blogs-and-columns-recommendation:not(.component-ready).skeleton{min

-height:386px;border-top:solid 1px rgba(51,51,51,.08);border-bottom:solid 1px rgba(51,51,51,.08);background-image:url(http://conteudo.imguol.com.br/c/_layout/v3/blogs-and-columns-recommendation/skeleton/bg-loading.png?v3)};margin-bottom:40px}@media (max-width:767px){.blogs-and-columns-recommendation:not(.component-ready).skeleton{min-height:420px;background-image:url(http://conteudo.imguol.com.br/c/_layout/v3/blogs-and-columns-recommendation/skeleton/bg-loading-xs.png?v3)}}Colunistas do UOL

Conforme a coluna revelou com exclusividade em outubro de 2020, o Itamaraty se recusa a apoiar a proposta de mais de cem países em desenvolvimento para **quebrar** patentes de remédios e vacinas, rompendo uma postura tradicional do Brasil na defesa do direito ao acesso à saúde.

Mas se inicialmente o governo havia tomado uma postura intransigente, a opção agora é por um caminho intermediário que permita um maior acesso aos produtos. Mas sem que isso signifique uma ruptura com seus anseios de ser visto como parte dos países próximo da OCDE.

A proposta é de que, ao promover a ideia de um compartilhamento de tecnologia, laboratórios pelo mundo que hoje não estão sendo usados poderiam ajudar na fabricação da vacina e garantir um maior acesso aos produtos. As **patentes**, porém, não seriam quebradas e as empresas que desenvolveram as vacinas continuariam a ser compensadas por seus investimentos.

Nesta semana, em Genebra, a posição brasileira ficou clara nas negociações para uma resolução que se-

Continuação: Diplomacia age nos bastidores para blindar interesses das farmacêuticas

rá votada no Conselho de Direitos Humanos da ONU no final de março. Em reuniões fechadas, o Itamaraty fez questão de fazer acenos tanto aos demais países em desenvolvimento como aos interesses das grandes multinacionais.

A diplomacia defendeu que trechos inteiros da resolução fossem modificados para incluir referências diretas à necessidade de que países em desenvolvimento sejam considerados no acesso às vacinas. "O espírito desse texto é ajudar os mais pobres, garantindo que eles também tenham acesso às vacinas", disse uma negociadora brasileira aos demais países durante a reunião.

"O que vemos agora é uma enorme concentração de vacinas nos países ricos e o que deveríamos garantir aqui é que todos tenham esse direito", apontou. "Nessa linha, precisamos adicionar que todos, em especial os países em desenvolvimento, tenham acesso", sugeriu.

Se o discurso poderia parecer "radical", o caminho adotado também sinalizava que não haveria ruptura com os países ricos. Durante o debate, no qual os países ricos insistiram que não aceitariam qualquer proposta sobre a queda de patentes, a negociadora brasileira sugeriu "acomodar" as preocupações de europeus e americanos, incluindo no texto uma linguagem explícita de proteção às patentes. Assim, segundo ela, haveria um "equilíbrio" entre o que querem desenvolvidos e economias emergentes.

Na mesma semana, a missão do Brasil na OMC adotou um tom similar em uma outra negociação, desta vez no setor comercial. Em reuniões fechadas, diplomatas brasileiros rejeitaram a ideia de suspender de forma completa as patentes. Mas insistiram que, dentro dos acordos já existentes, há espaço para prever licenças compulsórias.

O governo ainda deixou claro que está satisfeito com os esforços da nova diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, para buscar "iniciativas prag-

máticas" para ampliar a produção de vacinas e "facilitar a **transferência** de tecnologia, dentro dos acordos multilaterais".

A meta do Brasil é a de tentar conduzir a direção da entidade a não falar sobre **quebra** de patentes, mas estipular um espaço para permitir que acordos sejam fechados entre as grandes farmacêuticas e laboratórios na América Latina ou Ásia.

Ainda em fevereiro, o governo brasileiro também elevou o tom e passou a criticar governos que acumularam vacinas e sugeriu a abertura de um diálogo sobre como garantir licenças para que laboratórios em diversas partes do mundo possam também fabricar os imunizantes. Uma vez mais, porém, sem **quebrar** patentes.

Um dos locais de debate foi o Conselho do ACT Accelerator, um mecanismo criado pela OMS para garantir o desenvolvimento e distribuição de vacinas e tratamentos contra a covid-19 para países mais pobres.

Em sua intervenção, a embaixadora do Brasil Maria Nazareth Farani Azevedo indicou que havia chegado o momento de se falar abertamente na possibilidade de que produtores de vacinas permitam negociações para garantir licenças para que outros laboratórios do mundo possam também produzir os imunizantes.

"Esse é o momento de expandir a produção de vacinas para todos os lugares. Esse é o momento de falar em produção local. Esse é o momento para falar sobre mecanismos existentes, tais como licenciamentos para ampliar a produção local e para melhorar o acesso às vacinas", defendeu.

Atitude divide opiniões

Se a postura do Brasil é uma forma de não trair sua posição contrária à quebra, não romper com os países ricos e nem com a ideologia econômica do governo, a proposta de lidar com uma pandemia apenas com a

Continuação: Diplomacia age nos bastidores para blindar interesses das farmacêuticas

transferência de tecnologia é considerada como insuficiente por parte dos países em desenvolvimento, pela Organização Mundial da Saúde e até pelo Vaticano.

Numa recente reunião na OMC, a delegação sul-africana foi explícita em alertar que esse não seria um caminho. "Nunca vi tecnologia ser transferida", ironizou o diplomata.

A África do Sul ainda disse que exemplos recentes mostraram a "hipocrisia" de governos que defendem que haja apenas acordos de **transferência** de tecnologia, sem a **quebra** de patentes. De acordo com eles, países como Rússia, Colômbia, Indonésia ou Hungria foram duramente pressionados ao sugerir que poderiam usar licenças compulsórias para remédios relacionados com a pandemia.

Já os países ricos, como UE e Canadá preferem apostar na **transferência** de tecnologia como forma de desarmar qualquer tentativa de **quebra** de patentes.

Já o Reino Unido insiste que a proposta traz resultados, já que o caminho foi o mesmo adotado pela AstraZeneca para permitir que a vacina seja produzida em instituições parceiras na China, México, Brasil, Rússia, Coreia do Sul ou na Índia.

Para os indianos, porém, se essa estratégia tivesse funcionado, o mundo não estaria vivendo a atual escassez de vacinas.

Jamil Chade

Apresentação da disciplina: Propriedade Intelectual, Inovação e Empreendedorismo



las, que serão postados semanalmente na página da Inova Unicamp e nas mídias sociais.

No dia 16 de março, das 19h às 21h, acontecerá a primeira aula da disciplina **Propriedade** Intelectual, Inovação e Empreendedorismo, promovida pela Inova Unicamp. A aula será online via zoom.

Neste dia, o diretor-executivo da Agência de Inovação da Unicamp, Newton Frateschi, fará uma apresentação da disciplina e falará do lançamento das inscrições abertas para o Desafio Unicamp 2021.

Os interessados em conferir as palestras podem acessar virtualmente e de forma gratuita os vídeos das au-

"Do Leme ao Pontal": TJ/SP avaliará expressão usada como nome de bar



O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do STJ, retornou ao TJ/SP os autos de uma ação que envolve o espólio do cantor Tim Maia e um bar chamado "do Leme ao Pontal".

Na origem, o autor afirmou que o estabelecimento faz uso indevido de uma expressão utilizada por Tim Maia em uma de suas músicas de maior sucesso. Assim, com base na lei de **direitos** autorais, pediu que o bar se abstenha de utilizar qualquer expressão que remeta ao artista e pugnou por reparação material e moral.

(Imagem: Homero Sérgio/Folhapress)

A sentença foi desfavorável ao pedido, decisão que também foi mantida no acórdão do TJ/SP.

No entendimento dos julgadores, "a expressão que intitula o estabelecimento comercial deriva da expressão popular e da famosa orla carioca, nada tendo que ver com a obra musical de Tim Maia".

O espólio do cantor recorreu ao STJ, alegando, entre outros pontos, a negativa de prestação jurisdicional, por haver omissão no acórdão recorrido.

Ao analisar o caso, o ministro constatou que a alegação de negativa de prestação jurisdicional merece prosperar, "visto que a Corte local permaneceu silente quanto aos pontos suscitados na apelação, não

obstante a oposição de embargos declaratórios com a finalidade de sanar a omissão".

Segundo Cueva, o artigo 1.022, parágrafo único, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015, remetendo-se ao artigo 489, § 1º, inciso IV, determina que é omissa a decisão que "não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador".

"Assim, não tendo o Tribunal local enfrentado questões necessárias ao deslinde da controvérsia, resta impossibilitado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a transgressão ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 a fim de anular o acórdão recorrido para suprir a omissão existente."

O escritório Figueiredo & Velloso Advogados Associados patrocina a causa.

Leia a decisão monocrática.

Sem apoio do Brasil, proposta para suspender patente de vacinas trava na OMC

Índia e África do Sul buscam autorização para produzir imunizantes e remédios genéricos contra a covid-19. Países ricos são contra e apontam risco à inovação. Brasil é único país em desenvolvimento contrário à proposta.

Propriedade intelectual sobre tecnologia para produzir imunizantes é protegida por tratado internacional

A Organização Mundial do Comércio (OMC) não chegou a um acordo em reunião realizada nesta quarta e quinta-feira (10 e 11/03) sobre uma proposta de Índia e África do Sul para suspender as patentes de vacinas, medicamentos e insumos hospitalares para combater a covid-19 enquanto durar a pandemia.

A iniciativa de suspender as patentes foi apresentada em outubro de 2020 e tem hoje o apoio de cerca de 80 nações, mas é bloqueada por Estados Unidos, União Europeia e outras nações desenvolvidas. O Brasil é o único país contrário à ideia entre as nações de renda média e baixa.

O objetivo do texto é suspender raramente quatro seções do acordo TRIPs, que regula direitos de propriedade intelectual no âmbito da OMC, sobre copyright, **patentes**, **desenho** industrial e proteção de informações confidenciais, até que a vacinação contra a covid-19 tenha se ampliado e a maioria da população mundial esteja imunizada.

O conselho da OMC que discute propostas relacionadas ao TRIPs já havia se reunido em outubro, dezembro e em janeiro para discutir o tema, mas segue longe de um acordo, que precisa do apoio de todos os membros. O órgão se reunirá novamente em abril e, se houver uma proposta de consenso, ela será levada ao Conselho Geral da OMC. Para ser aprovado, o texto precisa de consenso entre os 164 membros da organização, um cenário hoje muito

improvável.

O Brasil, que foi reconhecido mundialmente na década de 1990 por seu programa de **quebra** de patentes de medicamentos para o tratamento da Aids, opinou contra a proposta da Índia e da África do Sul assim que ela foi apresentada, no ano passado.

Na reunião de janeiro, quando o governo Jair Bolsonaro negociava a compra de doses prontas de vacinas da Índia, os representantes do Brasil na OMC silenciaram sobre o tema. Neste último encontro, porém, o país voltou a bloquear o acordo, por entender que outros mecanismos no âmbito do TRIPs poderiam viabilizar a ampliação de acesso às vacinas e medicamentos.

Proposta tem apoio do diretor da OMS, Tedros Ghebreyesus Aumento da produção

Os países que defendem a suspensão de patentes afirmam que há capacidade industrial ociosa em algumas nações e que a iniciativa abriria espaço para produzir vacinas e medicamentos genéricos, acelerando a imunização em âmbito mundial.

Projeções apontam que boa parte dos países do Hemisfério Sul só conseguirá concluir a imunização de sua população em 2022 ou 2023, enquanto nações ricas preveem fazer isso ainda neste ano.

A iniciativa é apoiada pelo diretor da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus. "Se uma suspensão rária das patentes não pode ser implementada agora, durante este momento sem precedentes, quando será o momento certo?", ele afirmou

A proposta também tem o apoio dos Médicos Sem Fronteiras. Antes da reunião da OMC, o presidente da organização, Christos Christou, afirmou em co-

Continuação: Sem apoio do Brasil, proposta para suspender patente de vacinas trava na OMC

municado. "Mesmo depois de um ano de pandemia e 2,5 milhões de mortes, ainda vemos alguns governos negando-se a quebrar monopólios sobre insumos médicos, o que ajudaria a aumentar o acesso das pessoas a tratamentos e vacinas". Segundo ele, esses países "precisam parar de obstruir e mostrar a liderança necessária para entregar a 'solidariedade global' com a qual eles se comprometeram tantas vezes durante a pandemia".

Ao site Law360, Katie Gallogly-Swan, coordenadora de um projeto conjunto entre o Global Development Policy Center e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (**UNCTAD**), disse: "É decepcionante que, apesar de a maioria do mundo ser favorável à isenção do TRIPS, ela foi bloqueada novamente por alguns países. (...) É hora de aceitar que não estamos a caminho de vacinar o mundo".

Defensores da suspensão das patentes lembram que farmacêuticas receberam volumes generosos de recursos públicos para desenvolverem as vacinas contra a covid-19. A Johnson & Johnson e a AstraZeneca receberam, cada uma, 1,5 bilhão de dólares de fundos públicos, enquanto a parceria entre Pfizer e BioNTech recebeu mais 500 milhões de dólares.

Nesta quarta-feira, o senador democrata Bernie Sanders afirmou no Twitter que é favorável que seu país apoie a suspensão rária de **patentes**, para garantir que a tecnologia das vacinas esteja disponível a todos, "independente de sua riqueza".

Ngozi Okonjo-Iweala, nova diretora-geral da OMC, diz que buscará Investimentos em pesquisa e inovação

Os países que se opõem à suspensão das patentes ar-

gumentam que isso não resolveria a falta de vacinas, pois não haveria fábricas capacitadas disponíveis no momento, poderia levar à produção de imunizantes com baixo controle de qualidade e reduziria o incentivo para que as empresas continuem investindo em inovação e desenvolvimento de vacinas.

"Os pedidos pela **quebra** de patentes de vacinas não aumentariam o fornecimento em uma única dose no curto prazo, porque ignoram a complexidade da produção de vacinas e a extensão com a qual produtores, empresas farmacêuticas e nações em desenvolvimento já estão cooperando para aumentar a capacidade de vacinação", afirmou Thomas Cueni, diretor da Federação Internacional de Produtores e Associações Farmacêuticas (IFPMA), à DW em fevereiro.

Também há forte pressão de grupos empresariais contra a suspensão das **patentes**. A Câmara de Comércio dos Estados Unidos afirmou à OMC que propostas de suspender direitos sobre propriedade intelectual são uma "distração do trabalho real de fortalecer as cadeias de fornecimento".

Em artigo publicado na revista digital *Barron's*, o político americano Howard Dean, médico e ex-governador democrata de Vermont, disse que o objetivo da Índia ao pressionar pela suspensão das **patentes** seria obter acesso a tecnologias inovadoras desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos, como as que usam mRNA, e integrá-las à indústria farmacêutica indiana. Ele afirma que, em vez de suspender as **patentes**, os países ricos deveriam doar mais doses ao consórcio internacional Covax Facility, liderado pela OMS e que distribui vacinas a países de renda média e baixa.

A nova diretora-geral da OMC, a nigeriana Ngozi

Continuação: Sem apoio do Brasil, proposta para suspender patente de vacinas trava na OMC

Okonjo-Iweala, que assumiu o cargo em fevereiro, disse que os debates no conselho do TRIPs são importantes, mas indicou que tentará buscar o que ela definiu como uma "terceira via": ampliar o licenciamento de **patentes** para outros países sem suspender a propriedade intelectual sobre elas. Sua

proposta foi apoiada pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos.

bl (ots, Reuters)

Índice remissivo de assuntos

Inovação

3, 7

Patentes

3, 5, 7, 12

Pirataria

5

Marco regulatório | INPI

5

Direitos Autorais

6, 11

Propriedade Intelectual

10

Desenho Industrial

12

Entidades

12